



1. Enquadramento

O concelho de Alfândega da Fé localiza-se na Região Norte (NUT II), sub-região de Alto Trás-os-Montes (NUT III) e é constituído desde o dia 29 de setembro de 2013 por 12 freguesias, em resultado da recente reforma territorial 3, ocupando uma área total de 321,99 km². Os seus limites geográficos são delimitados a Norte pela Serra de Bornes, a Sul pelo Vale do Rio Sabor, a Este pelo Planalto de Castro Vicente e a Oeste pelo Vale da Vilariça. O Município localiza-se no distrito de Bragança e tem como concelhos limítrofes a Norte Macedo de Cavaleiros, a Este Mogadouro, a Sul Torre de Moncorvo e a Oeste Vila Flor e Mirandela (figura 1 e 2).

A sede do município, Alfândega da Fé, dista 425 km de Lisboa, 200 km do Porto, 100 km de Vila Real, 72 km de Bragança e 38 km de Mirandela. A EN315 estabelece a ligação entre Alfândega da Fé e Mirandela, cruzando a EN102 — a qual dá acesso ao IP2 e ao A4.

Em termos cartográficos, o concelho situa-se na latitude 41°20'N e na longitude 6°58'W. Alfândega da Fé regista amplitudes térmicas anuais e diurnas elevadas e variações sazonais muito nítidas, com o Inverno e o Verão bem marcados e a Primavera e o Outono pouco afirmativos.

A temperatura média anual varia entre 12,5 e 16,0 °C. Quanto à precipitação, regista valores anuais na ordem dos 600 mm para a maior parte do concelho, aumentando na direcção da Serra de Bornes, no topo da qual se chegam a atingir os 1200 mm. A humidade do ar é baixa, situando-se entre 65 e 70%.

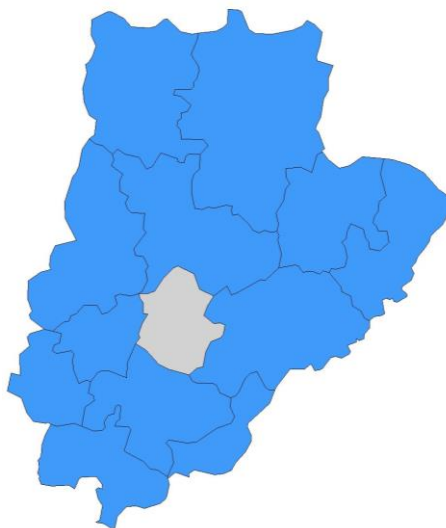
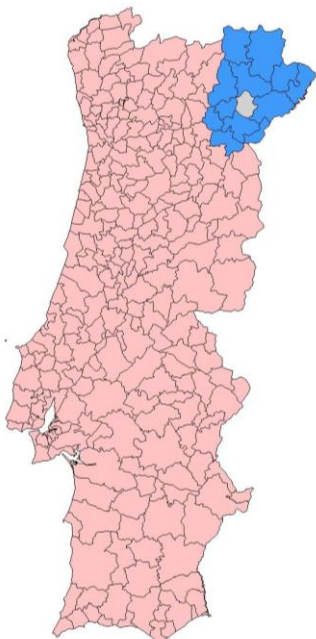
Do ponto de vista geomorfológico, o concelho é na sua maior parte composto por rochas de origem metamórfica e eruptiva, isto é, por xistos e granitos, sendo ainda de salientar os quartezitos que afloram pontualmente devido à sua forte resistência à erosão. Os solos dominantes são delgados, o que dificulta a sua exploração para fins agrícolas, exigindo constantes adubações e estrumagens; situação que só é diferente no Vale da Vilariça (com aptidão para a prática agrícola, florestal e pastagens).

Todos os cursos de água pertencentes a este concelho pertencem à bacia hidrográfica do rio Douro, sendo o rio Sabor o curso de maior destaque.

Alfândega da Fé encontra-se envolvida numa impressionante diversidade de microclimas, oferecendo aos visitantes deslumbrantes e impressionantes paisagens, ainda fortemente marcadas pela componente agrícola, nomeadamente a produção de vinho, azeite, amêndoa e cereja, sendo esta última considerada *ex-libris* do concelho.

Alfândega da Fé possui algum património histórico e arquitectónico e locais dignos de interesse, como a Igreja Matriz de Sambade (século XVIII), o Santuário dos Cerejais, a Capela de São Bernardino – Gebelim,

e diversas casas brasonadas e solares, como o Solar de Vilarelhos. Na sede do concelho merecem destaque a Torre do Relógio, a Capela da Misericórdia, a Capela de S. Sebastião, o Portal da casa dos Távoras e a Capela dos Ferreiras.



Figuras 1 e 2 – Localização do Concelho de Alfândega da Fé em Portugal Continental e no Distrito de Bragança
(Fonte: Carta Educativa, 2007)

2. Âmbito nacional - estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável segundo o Relatório Brundtland, Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, 1987. É definido como “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.”

Em 1995, a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável aprovou um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável, com o intuito de servirem como referência para os países em desenvolvimento ou revisão de indicadores nacionais de desenvolvimento sustentável, tendo sido aprovados em 1996, e revistos em 2001 e 2007. O quadro actual contém 14 temas, que são ligeiramente modificado a partir da edição anterior: pobreza, perigos naturais, desenvolvimento económico, governação, ambiente, estabelecer uma parceria global económica, saúde, terra, padrões de consumo e produção, educação, oceanos, mares e costas, demografia água potável, escassez de água e recursos hídricos, biodiversidade. Cada um destes temas encontra-se dividido em diversos subtemas, indicadores padrão e outros indicadores.

O desenvolvimento sustentável assenta nas vertentes: ambiental, social e económica, pelo que só poderá ser plenamente alcançado se estas evoluírem de forma harmoniosa, e com a interação dos agentes envolvidos: as empresas, a administração pública e a sociedade civil. Pretende pois possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, e ao mesmo tempo, um uso razoável e racional dos recursos da terra, preservando as espécies e os habitats naturais.

A ENDS define três metas globais transversais que atendem às dimensões do Desenvolvimento Sustentável (económica, social e ambiental), designadamente pretende-se colocar, em 2015, Portugal (i) “num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia”, ao mesmo tempo que o posiciona (ii) “entre os primeiros vinte países de Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)” e regista (iii) “um défice ecológico global inferior ao actual”.

3. Âmbito local - estratégia para o desenvolvimento sustentável

Crescimento económico mais eficiente no uso de energia e recursos naturais e com menor impacto no Ambiente, designadamente nas alterações climáticas pretendeu-se recorrer ao trabalho feito no âmbito O Nordeste 21 sendo o primeiro projecto de implementação de uma Agenda 21 Regional em Portugal, assumindo assim um carácter pioneiro e inovador. Teve início em 2006 com o estabelecimento da parceria entre a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste e a ESB-UCP, tendo a duração de 18 meses. A entidade promotora do projecto foi a Resíduos do Nordeste, EIM com assessoria técnica do Grupo de Estudos Ambientais da ESB-UCP.

Este projecto visou a implementação da A21L na região do Nordeste Transmontano e conta com a participação de oito municípios: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso. A sua implementação pressupõe a auscultação da população como forma de identificação dos principais problemas e prioridades da região, para posterior desenvolvimento de um Plano de Sustentabilidade. Para além da população em geral, são também intervenientes os representantes das entidades ativas na região.

Assim, apresentam-se algumas das visões de futuro propostas pelo concelho. Foi definida “Alfândega da Fé, como um concelho com qualidade de vida, que sabe potenciar os seus recursos naturais e agir sobre o território, em busca do conforto ambiental e do civismo, de modo a integrar a “aldeia global”, sem perder a identidade local.”

“Um território com gente motivada e no qual a educação/formação seja de boa qualidade. A elevada qualificação permite gerar e manter actividades económicas geradoras de emprego, com base nos recursos endógenos, revertendo-se assim, o processo de despovoamento. É necessária uma nova cultura de participação cívica, (Alfândega da Fé).”

Assim os eixos estratégicos resultantes das duas primeiras reuniões dos Fóruns Participativos e dos inquéritos direccionaram-se para as seguintes temáticas:

- ✓ Agricultura e Floresta;
- ✓ Acrescentar Valor aos Produtos Locais;
- ✓ Valores Naturais, Patrimoniais e Culturais da Região;
- ✓ Economia, Emprego, Formação e Qualificação;
- ✓ Empreendedorismo;
- ✓ Energia;
- ✓ Gestão de Águas e Resíduos;
- ✓ Sociedade do Conhecimento e Novas Tecnologias;
- ✓ Turismo Sustentável;
- ✓ Acessibilidades e Mobilidade.

O tema das acessibilidades e mobilidade e os valores naturais, patrimoniais e culturais são vertidos transversalmente nos outros temas, não se direccionando uma análise específica, mas enquadrando os seus impactes tanto nas questões, ambientais, como nas sociais e económicas.

4. Objetivos do Plano e Resumo da Metodologia Adotada

O Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Alfândega da Fé tem como objetivos:

- Instituir os níveis de qualidade e desenvolvimento que se pretende atingir;
- Definir a atual situação do município em termos de políticas municipais de qualidade ambiental e ordenamento do território, sociais e desenvolvimento económico;
- Criar formas e recursos disponíveis ou a mobilizar;
- Implementar um sistema de verificação e monitorização de acordo com os indicadores de qualidade definidos.

O Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é constituído pelas seguintes fases:

- Diagnóstico Ambiental;
- Definição de áreas prioritárias;
- Programa de Ação;
- Programa de Monitorização.

O diagnóstico ambiental é composto pela avaliação das características e dos problemas ambientais locais através de uma caracterização detalhada dos recursos naturais, zonas ambientalmente sensíveis, fontes de emissão de poluentes, identificação dos sistemas e estruturas existentes.

A caracterização ambiental foi fundamentalmente suportada pela recolha de informação existente sobre a qualidade ambiental do município. A fase de definição das áreas prioritárias é constituída pelo conjunto de valores ambientais (características e/ou locais) considerados relevantes e a preservar, e ainda, pela identificação dos problemas e das áreas prioritárias de intervenção. Na sequência da elaboração do Diagnóstico Ambiental e tendo em vista a identificação das referidas áreas prioritárias.

A última fase será constituída por um Programa de Monitorização do Plano, que tem como objetivos verificar a implementação dos projetos e ações previstos no Plano de Ação, avaliar as tendências na obtenção dos objetivos e níveis de qualidade ambiental, e da alteração dos comportamentos da comunidade local relativamente ao ambiente.

5. Diagnóstico Ambiental e Áreas Prioritárias de Ação

5.1. Diagnóstico Ambiental

No âmbito do diagnóstico ambiental efectuou-se uma análise de um conjunto de questões ambientais, que permitiu apresentar um panorama do estado do ambiente do município de Alfândega da Fé, nomeadamente, ar, água, biodiversidade, uso do solo, resíduos, ruído, transportes e mobilidade, energia e sociedade.

Na análise ambiental foi definida as actividades humanas exercem pressões sobre o ambiente, afectando a qualidade e a quantidade dos recursos naturais (estado); a sociedade responde a estas alterações de práticas políticas ambientais, económicas e sectoriais com alterações de comportamento.

Em termos genéricos o diagnóstico revelou que o município, embora apresente já um conjunto significativo de iniciativas embrionárias de necessária política e gestão ambiental, está ainda numa fase inicial de desenvolvimento e implementação das diversas políticas ambientais sectoriais, bem como da sua integração com as restantes áreas de intervenção do município, designadamente com o planeamento territorial ou o crescimento económico.

5.2. Áreas prioritárias de acção

Tendo em conta o trabalho desenvolvido no âmbito da Agenda 21Local e na elaboração da avaliação ambiental estratégica foram definidas as seguintes áreas de acção:

- **Qualidade de parâmetros ambientais: ruído, qualidade da água para consumo humano, qualidade das águas residuais, recolha de resíduos;**
- **Energia;**
- **Mobilidade;**
- **Espaço natural;**
- **Educação ambiental.**

6. Programa de Ação

Neste programa de acção são definidas para cada uma das áreas de ação, de 2014 a 2019, inseridas nas cinco áreas de atuação definidas.

6.1 Qualidade de Parâmetros Ambientais: ruído, qualidade da água para consumo humano, qualidade das águas residuais, recolha de resíduos

Objectivos:



- ✓ Promoção de índices de qualidade dos principais parâmetros ambientais: ar, água de consumo e meio hídrico, ruído e resíduos sólidos urbanos;
- ✓ Monitorização com controlo evolutivo efetivo dos parâmetros ambientais;
- ✓ Informação e envolvimento da população na prossecução dos objetivos de qualidade pretendidos, ou perante cenários de risco ou alteração de metodologias e procedimentos.

Estratégias:

- Promoção de índices de qualidade dos principais parâmetros ambientais;
- Assegurar índices de qualidade que cumpram com os requisitos mínimos previstos nos normativos legais;
- Definição e promoção de índices de qualidade compatíveis com os objetivos pretendidos em matéria de conforto e qualidade de vida das populações;
- Quadro de atuação preventivo que minimize ou cesse a curto e médio prazo algumas das disfunções ambientais atualmente observáveis;

Monitorização dos parâmetros ambientais:

- Criação de uma base de diagnóstico para cada um dos parâmetros, com caracterização atualizada;
- Operacionalização e tratamento de dados compatíveis com outros requisitos, suportes ou mesmo instrumentos de gestão e planeamento;
- Definir níveis de perigosidade para a população segundo parâmetros legislados;

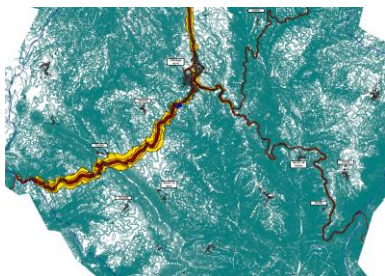
Informação e envolvimento da população:

- Promover a informação e envolvimento da população por forma a assegurar de forma consertada a concretização de medidas preventivas e minimizadoras inerentes aos diferentes quadros de atuação definidos;
- Informação e envolvimento da população por forma a concretizar estudos de caracterização sociológica e comportamental associados à elaboração de planos de emergência, novos procedimentos e metodologias de gestão de resíduos sólidos urbanos, níveis de exposição ao ruído ou contaminação de águas de consumo ou meio hídrico.

Efeitos esperados:

- Conhecimento e caracterização evolutiva dos principais parâmetros de qualidade ambiental, que permita a monitorização e controle efetivo dos mesmos, bem como a definição e concretização de um quadro de atuação preferencialmente preventivo que promova os níveis desejados de qualidade ambiental e qualidade de vida da população.

6.1.2 Acção: Carta do Ruído do Município de Alfândega da Fé



Após a aprovação do Plano Diretor Municipal do Município de Alfândega da Fé e elaboração do respetivo Mapa de Ruído, serão identificadas e caracterizadas as Zonas Acústicas Sensíveis e Zonas Mistas, definidas no Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral de Ruído (RGR) e no Decreto-lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, que transpõe a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

O Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro foi rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de Março, e alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto.

O Decreto-lei n.º 146/2006, de 31 de Julho foi rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 57/2006, de 31 de Agosto. de acordo com o Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, e o Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro. Quando os níveis de ruído ultrapassarem os limites impostos por lei há necessidade de elaborar planos de redução de ruído para as zonas onde tal se verifique.

Tendo em conta que o mapa do ruído só será útil rigoroso, enquanto instrumento de apoio ao planeamento e gestão do território Concelhio, devidamente e atempadamente atualizado, deverá ser assegurado uma dinâmica de atualização dos dados de referência (introduzindo todos os novos usos, licenciamentos, alterações de tráfego automóvel, novas indústrias, ou quaisquer outros dados suscetíveis de contribuir para alterar significativamente o campo sonoro) bem como campanhas de medições de ruído ambiente para aferição dos valores obtidos por aplicação de cálculo provisional.

Para além da caracterização do campo sonoro e elaboração do mapa do ruído, tornar-se-á importante e necessário elaborar e fazer implementar um Regulamento Municipal de Ruído, por forma a definir e uniformizar diferentes procedimentos tendo em vista o cumprimento efetivo das diversas disposições legais em vigor. Ganhará especial importância e acuidade a introdução de princípios orientadores e disciplinadores sobre licenciamentos de intervenções urbanísticas e atividades económicas.

Prazo de execução: 3 anos

6.1.2 Acção: Resíduos Sólidos Urbanos



Aumento da recolha seletiva de materiais valorizáveis e inovação nos sistemas de recolha. Otimização do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, promovendo a redução de resíduos na origem, a reutilização e a reciclagem.

Equacionar a introdução de novos sistemas de recolha diferenciada de resíduos, designadamente: recolha de resíduos de construção e demolição (RCD); recolha de resíduos têxteis; incentivo à compostagem assim como a recolha diferenciada da fração orgânica e resíduos verdes (aparas de jardim).

Prazo de execução: 3 anos



6.1.3 Acção: Optimização do sistema de abastecimento público e promoção do uso racional da água

O concelho de Alfândega da Fé apresenta uma cobertura de 100% para os sistemas de abastecimento de água, ou seja, a totalidade da população nele residente é servida por sistemas de abastecimento de água. Este município é atualmente responsável pela gestão da rede de abastecimento de água "em baixa" (ERSAR, 2010) e pela maioria das captações, reservatórios, instalações de tratamento e adutoras em funcionamento no município. No quadro seguinte representam-se as 14 zonas de abastecimento, respetivas captações e locais de captação e, por último, a área de abrangência de cada zona.

O sistema "em alta" de Camba, atualmente explorado pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (ATMAD) tem captação na Barragem de Camba e

atualmente fornece cinco subsistemas da zona Nascente do concelho, servindo cerca de 16% da população do município.

A rede de abastecimento de água "em alta" do concelho é constituída por dois subsistemas, um na freguesia de Sambade onde se localiza a ETA (Estação de Tratamento de Águas), que serve também as freguesias de Vales, Vilares de Vilariça e Alfândega da Fé. O segundo subsistema é o de Camba, com captação na Barragem de Camba (Gebelim), e cuja rede se estende às freguesias de Agrobom, Saldanha (onde está localizada uma ETA), Vale Pereiro e Vilar Chão.

Os resultados dos últimos anos, relativos à qualidade da água para consumo humano distribuída no concelho de Alfândega da Fé e na qual a Câmara Municipal é a entidade gestora pelo sistema em baixa 22 mostram que, de 2002 a 2008 foram feitas mais de 80% das análises previstas, tendo ultrapassado os 98% desde 2004. Sobre o cumprimento dos valores paramétricos (VP) em análise, verifica-se que nunca foi registada a totalidade de cumprimento dos mesmos, embora no ano de 2008 se tenha registado mais de 97% de análises em cumprimento. Pode concluir-se que a água para consumo humano distribuída no concelho cumpre as normas regulamentares, embora seja necessário um esforço acrescido para atingir os 100% de análises em cumprimento dos valores paramétricos.

a) Frequência de Roturas

O número de roturas na rede de distribuição é um indicador do estado em que se encontra a própria rede (degradação/conservação), podendo indicar igualmente o grau de eficiência dos serviços de distribuição.

Torna-se por isso importante dar continuidade ao investimento de remodelação da rede que tem permitido, nos últimos anos, a par do abrandamento dos trabalhos de instalação da rede de gás natural, a diminuição do número de roturas. Ganha também importância a prévia articulação e planeamento das intervenções no sub-solo para instalação de infraestruturas pelas diferentes entidades, bem como a instalação de equipamento de deteção remota de grandes perdas, ou seja, de rupturas.



b) Área Agrícola Irrigada e Relvados Públicos

A irrigação quer dos espaços agrícolas, quer de espaços públicos verdes, é outro fator que pesa na quantidade de água que é consumida no Município, pelo que se pretende quantificar e tipificar os consumos para rega nos jardins e espaços verdes públicos ligados à rede pública, bem como das áreas agrícolas.

c) Informação e envolvimento da população

Neste âmbito pretende-se continuar a desenvolver melhor comunicação e informação de apoio ao consumidor, sobre os parâmetros de qualidade da água da rede pública, o qual poderá igualmente potenciar a informação e sensibilização da população para o uso racional da água.

d) Reutilização

Para além do controlo de perdas por rupturas, e combate ao desperdício da água importa promover ações demonstrativas e estudos-piloto de reutilização e usos alternativos a partir de águas superficiais, para regas de espaços verdes públicos, lavagem de ruas, etc.

Prazo de execução: 4 anos

6.1.4 Acção: Expansão e monitorização do sistema de tratamento de águas residuais domésticas



À semelhança do que já foi anteriormente referido, o concelho de Alfândega da Fé possui uma ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), da responsabilidade da ATMAD, que se localiza na sede o concelho e que dispõe de tratamento primário e secundário de efluentes líquidos, servindo uma população de 2784 habitantes. Possui ainda uma ETAR em Sambade que irá servir, para além desta localidade, os lugares de Covelas e Vila Nova.

Existem ainda 11 ETAR compactas, da responsabilidade da Câmara Municipal de Alfândega da Fé. Estas localizam-se em Cabreira (1), Castelo (2), Colmeais (1), Felgueiras (1), Gebelim (1), Parada (2), Saldonha (1), Sardão (1) e Vilarelhos (1), estando mais 21 em fase final de conclusão, que passarão a abranger a totalidade do concelho e substituirão as fossas sépticas existentes até então.

Pretende-se ainda disseminar através de campanhas direccionadas a diferentes grupos-alvo e agentes intervenientes as boas práticas de utilização da rede de saneamento quer no setor doméstico procurando corrigir hábitos errados (p.ex. de descarga de óleos alimentares ou restos de comida triturados) quer nos sectores comercial e industrial procurando reduzir preventivamente descargas abusivas ou acidentais.

Prazo de execução: 4 anos

6.2 Energia

Objetivos:

- reduzir o consumo de energia per capita;
- reduzir a poluição do ar;
- desenvolver uma política de gestão de energia integrada.

Estratégias:

- Uso de recursos energéticos com impacto pouco significativo no ambiente
- Uso de recursos energéticos renováveis e outras alternativas
- Reduzir o uso de energia
- Otimizar a localização e orientação dos edifícios e sua configuração
- Reforçar o isolamento térmico
- Otimizar o aproveitamento da luz natural
- Promover sistemas eficientes que visem a eficiência energética
- Promover sistemas de iluminação eco-eficientes.



Efeitos esperados:

As ações que se pretendem desenvolver além de possibilitar uma redução no consumo de energia e da poluição do ar constituem uma tentativa de desenho de uma política integrada de gestão de energia. Esta constitui um suporte ao desenvolvimento sustentável no futuro. Torna-se assim importante preparar os munícipes (divulgação clara e uniforme da informação), regular a sua prática (através do Manual de Boas Práticas para a Eficiência Energética) e consolidar a sua aplicabilidade (auditoria e monitorização).

6.2.1 Ação: Auditoria energética aos edifícios municipais



Esta ação tem a finalidade de identificar e avaliar o comportamento do município em termos energéticos começando pela própria sede de Câmara Municipal. Esta ação, pode servir como um bom exemplo a seguir, dando a conhecer as alterações e as práticas que permitem tornar as suas instalações mais eficientes do ponto de vista energético. Desta forma, a auditoria aos edifícios municipais tem como principal objetivo diminuir a quantidade de energia consumida nas instalações municipais. Esta ação implica a realização de um Plano Racional de Energia para as instalações da

Câmara, no âmbito do PNE - Programa Nacional de Eficiência Energética dos Edifícios.

Prazo de execução: 4 anos

6.2.2 Ação: Manual de Boas Práticas para a Eficiência

O Manual de Boas Práticas para a Eficiência Energética surge aqui como um meio de incentivar práticas energéticas sustentáveis na construção dos edifícios. Este Manual vai de encontro ao Programa E4, Eficiência Energética e Energias Endógenas, o qual se pretende aprovar conforme Resolução de Conselho de Ministros n.º 154/2001. A avaliação da capacidade energética do edifício a projetar teria como base entre outros fatores: a localização e orientação do edifício, o isolamento térmico, os sistemas de aquecimento e arrefecimento e as janelas.

Prazo de execução: 3 anos

6.2.3 Ação: Divulgação de uma política eficiente de energia e promoção de boas práticas de consumo

A divulgação de opções energéticas mais eficientes e as suas vantagens relativamente às mais comuns torna-se extremamente importante ao querer construir um ambiente mais sustentável. Esta ação, tem como objetivo estruturante influenciar a atividade de todos os agentes que atuam no setor, dos promotores aos utilizadores finais, com vista à promoção do uso racional de energia. Desta forma deve-se proceder à divulgação desta política em dois contextos diferentes: conselhos simples de fácil aplicação no dia-a-dia, e com resultados a curto prazo; e opções de maior envergadura, com eventuais custos superiores de investimento mas mais eficientes energeticamente e rentáveis a médio e longo prazo.

Prazo de execução: 4 anos

6.3 Mobilidade e acessibilidade

Objetivos:

- Melhorar o sistema de mobilidade e transportes públicos;
- Reduzir o consumo de energia *per capita*;
- Reduzir a poluição do ar;
- Reduzir o ruído;

Estratégias:

- Estrutura que reduza o uso do automóvel e crie melhores condições de circulação para os peões e ciclistas;
- Aumentar o número de viagens feitas a pé;
- Promover o uso de bicicletas;
- Reduzir a circulação do automóvel particular;
- Uso de transporte eficientes;

Efeitos esperados:

A importância da acessibilidade e mobilidade para uma maior abertura e possibilidade de revitalização do tecido social e económico é reconhecida como um dos objetivos do município de Alfândega da Fé, a reformulação de todo o espaço público da Vila ao nível das condições de acessibilidade, no sentido de eliminar barreiras arquitetónicas, de limpeza permanente e de correspondente valorização cívica. Ao nível da acessibilidade, destaca-se a construção do IC5 que permitirá, de acordo com o relatório do plano, melhorar a acessibilidade rodoviária a um dos conjuntos de municípios mais periféricos da região Norte e potenciar novas portas de acesso rápido ao Vale do Douro Vinhateiro. Acresce que a construção desta via deverá representar uma melhoria das condições de vida de todo o concelho e não apenas da população mais próxima dos nós de acesso.

Pretende-se a promoção do transporte público e contribuir para redefinir o sistema de transportes públicos, promover campanhas de qualificação das vias de comunicação interlocalidades e das vias urbanas ao nível do trânsito, da sinalização e da prevenção rodoviária. Deste modo, serão colmatadas deficiências relativas à reduzida oferta de transportes públicos e a baixa utilização destes meios de transporte. Atendendo ao supracitado, crê-se que a atual proposta de revisão constituirá uma tendência positiva evolutiva positiva, no sentido em que é pretendida a criação de um sistema de transportes coletivos que se adequa à procura real, melhorando a mobilidade das populações rurais em zonas de baixa densidade e assegurando a acessibilidade a um conjunto de serviços de proximidade. Contudo, a equipa considera que deveria proporcionar-se uma melhoria do estado de conservação das vias de ligação ao exterior do concelho, devendo ser uma preocupação por parte do município assegurar um sistema viário com condições para a segura circulação de veículos e pessoas.

6.3.1 Acção: Plano Local de Transportes e Mobilidade

- Definição e implementação de um sistema integrado de mobilidade que dê prioridade aos transportes públicos, e interligue uma rede de circuitos pedonais e cicláveis;
- Evolução da frota de transportes do município para motorizações com combustíveis alternativos ao Diesel;
- Criação de uma rede de corredores cicláveis e pedonais, com características de utilização de ligação funcional e/ou de recreio e lazer, potenciando uma maior proximidade e facilidade de ligação entre Freguesias;
- Ganhará ainda especial importância e acuidade a criação de corredores ribeirinhos ao longo das principais linhas de água, os quais para além da reabilitação de margens, proporcionado um contacto com a natureza poderão proporcionar canais de ligação privilegiados;
- A aprovação da candidatura ao Programa RAMPA (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade), conseguida pela autarquia, permitirá a Alfândega da Fé continuar as práticas pioneiras em Portugal em matéria de acessibilidade, reforçando o trabalho efetuado;

Através dos estudos a desenvolver serão detectados, ao pormenor, os problemas existentes, e apresentadas as soluções e ações apropriadas para dotar a vila de condições próprias do acesso universal. Apresentar-se-ão, também, soluções orçamentais e modelos de execução das ações.

Além do exposto, engloba a participação cívica, formação e sensibilização, envolvendo várias entidades que atuam a nível social, e realiza parcerias múltiplas de forma a encontrar as soluções mais adequadas para os problemas encontrados ao nível da acessibilidade da vila.

Prazo de execução: 5 anos

6.4 Espaço Natural

Objetivos:

- Conservação e promoção da biodiversidade do território;
- Recuperação do carácter natural do território;
- Consideração da riqueza ecológica como um elemento chave no desenho de políticas de crescimento urbano.

Estratégias:

- Desenvolvimento da diversidade biológica;
- Proteção das áreas verdes e suas funções ecológicas de forma a manter a circulação da água, o clima e qualidade do ar contribuindo para o carácter e identidade da vila;
- Promover mais espaços verdes contribuindo para a continuidade da estrutura.
- Salvar o património paisagístico com valor ecológico e cultural existente.
- Promover a renovação e filtração do ar.
- Aproximação das vivências humanas/urbanas do município de Alfândega da Fé.
- Promover o uso dos parques, jardins e outros espaços verdes.

Efeitos esperados:

As ações propostas têm como objetivo reforçar o conceito de estrutura verde para o município de Alfândega da Fé e sua envolvente a ter em conta no processo de gestão e planeamento, de forma a consolidar o espaço ocupado pela mesma e assegurar os seguintes aspectos:

- Contacto com a Natureza.
- Circulação sem constrangimentos.
- Uso dos espaços verdes.
- Aproximação das vivências humanas/urbanas do município de Alfândega da Fé.

6.4.1 Ação: Criação e promoção de contínuos ecológicos

Pretende-se criar e/ou promover contínuos ou corredores ecológicos por forma a consolidar e interligar a Estrutura Ecológica Municipal. Deste modo para além de se tirar partido de contínuos naturais como as linhas de água, com os espaços verdes principais por forma a criar novas referências e sobretudo novas vivências da população e não menos importante poderá representar a criação de novos alinhamentos arbóreos ao longo de novos eixos viários, ou de eixos existentes, dispostos e dimensionados de modo a representar canais de dispersão atmosférica, proteção ao ruído e enquadramento paisagístico.

A toda esta estrutura de espaços com elevado potencial ecológico deverão compatibilizar-se os princípios de uso, contacto com os elementos naturais e consequente sensibilização e consciencialização ambiental da população, e mobilidade expostos noutros itens do Plano.

Prazo de execução: 5 anos

6.4.2 Ação: Candidatura ECO XXI

O PROGRAMA ECOXXI, desenvolvido pela Associação Bandeira Azul da Europa, com o apoio de um conjunto de entidades procura reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível do Município. Ao se candidatar ao Programa ECOXXI, o Município identifica e reconhece as fragilidades, descobre novas oportunidades, e percebe qual o caminho a percorrer para a utilização mais eficaz e eficiente dos recursos materiais e humanos da Câmara Municipal para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Prazo de execução: 2 anos

6.4.3 Ação: Plano de manutenção dos espaços verdes públicos

Nos últimos anos tem-se vindo a notar uma necessidade cada vez maior de proceder à substituição de determinadas espécies arbóreas por variadíssimas razões, causas fitossanitárias, más formações, debilidade aparente, vão naturalmente necessitando de ser substituídas. Trata-se de sistemas vivos, dinâmicos em mudança constante, ditada pelo seu próprio crescimento.

Pretende-se ainda proceder à classificação e hierarquização dos espaços verdes públicos, definindo para o efeito diferentes níveis ou graus de manutenção e tipologias de utilização desejados. Como consequência direta desta classificação pretende-se reduzir os consumos de água para rega. Paralelamente dever-se-á incorporar um plano de rega dos espaços a partir de captações de águas subterrâneas ou de superfície, nascentes ou outras captações naturais, ou recarga dos aquíferos subterrâneas ou de superfície com águas das chuvas provenientes da drenagem de edificações e arruamentos e conduzidas para solos permeáveis.

Prazo de execução: 3 anos

6.4.4 Ação: Hortas Biológicas



A Câmara Municipal promove a agricultura biológica no concelho com o desenvolvimento do projeto Hortas Biológicas. A iniciativa assenta na criação de hortas, na promoção da agricultura biológica e compostagem caseira.

Um projeto que surge na ótica da rentabilização e optimização dos terrenos municipais disponíveis, promovendo a criação de espaços verdes dinâmicos ao mesmo tempo que se aposta na própria redução de resíduos. O projeto de hortas biológicas que está a ser desenvolvido pelo Município de Alfândega da Fé foi um dos vencedores do Programa EDP Solidária Barragens 2012.

biológicas.

As hortas existentes estão localizadas no centro da vila próximas de espaços públicos e de uma zona residencial. O município pretende alargar o projeto para mais duas zonas estratégicas na sede do concelho, uma numa zona residencial recente o Bairro Vale do Abade e outra no Bairro Social Bairro Trás-de-Castelo. Atualmente o projeto abrange 17 famílias, num total de 60 pessoas, com esta ação de ampliação vai apoiar cerca de 150 pessoas.

Numa altura em que tanto se fala de crise económica este projeto tem também um significado do ponto de vista social. Aos munícipes vai ser dada a oportunidade de produzirem aquilo que consomem e até de conseguirem um ganho extra com esta produção, podendo o Município apoiar ações de escoamento dos excedentes da produção.

Tem estado ao alcance de todos o cultivo de produtos com qualidade, controlando mais diretamente aquilo que se consome, contribuindo não só para uma melhor saúde, mas também ambiental.

Ao todo a Câmara já disponibilizou gratuitamente 12 talhões, cada um com 45m², numa zona privilegiada da sede do concelho, ou seja, na área onde se situam serviços como as Escolas e Centro de Saúde.

Estes espaços para além de se assumirem como um complemento ao orçamento familiar, servem também um propósito pedagógico. Aliado à produção de produtos hortícolas de qualidade, surge a promoção de boas práticas agrícolas, o incentivo à produção da terra e à preservação e conhecimento do funcionamento da própria natureza. Aliás, a formação dos candidatos, principalmente em questões relacionadas com agricultura biológica e compostagem, e o acompanhamento do processo por técnicos da autarquia são fatores essenciais para o sucesso de todo projecto.



A autarquia prevê a entrega de mais 12 talhões ainda este ano localizadas no Bairro Social onde se procurará de forma comum introduzir boas práticas agrícolas e de preservação ambiental, proporcionando uma componente técnica e pedagógica de apoio para produção biológica com proteção integrada de culturas, a proteção do solo com a adequação e rotatividade de culturas, prática da compostagem, a utilização racional da água, e ainda hábitos de alimentação saudável; Para além dos pontos comuns referidos anteriormente procurar-se-á de forma mais específica e direccionada: a integração social, promoção de emprego e desenvolvimento económico, envolvendo para o efeito população carenciada do referido Bairro Social.

Prazo de execução: 2 anos

6.5 Educação Ambiental



Elaboração de um Plano de Educação Ambiental com as ações de sensibilização ambiental previstas no conselho de Alfândega da Fé, diferenciando quem irá promover a ação (Município de Alfândega da Fé / Resíduos do Nordeste (RN) / Outras Entidades).

Este plano tem como objetivo criar estratégias e instrumentos para o desenvolvimento de programas e

projetos de educação ambiental que estejam em consonância com as preocupações ambientais emergentes, e que otimizem o aproveitamento de recursos materiais de uma forma participativa da população, promovendo ações no âmbito da educação ambiental e da recolha seletiva, dirigidas a toda a população da sua área de intervenção, com especial enfoque para a população escolar (anexo o plano de educação ambiental 2015).

Prazo de Execução: 2 anos.



7. Programa de Monitorização

Este programa consiste na última fase do Plano Municipal de Ambiente de Alfândega da Fé e tem como principal objetivo acompanhar e avaliar a implementação do programa de ação, operacionalizando para o efeito o conjunto de indicadores.

7.1 Implementação

O município representado pela Divisão de Urbanismo tem o papel de incentivar a implementação do Programa de Ação, tendo como tarefa principal coordenar as ações propostas.

7.2. Monitorização

O progresso e a implementação do Programa de Ação, e respetivos planos setoriais estabelecidos posteriormente, deverão ser monitorizados através de um sistema de indicadores. O Programa de Monitorização deve ser assegurado e acompanhado por uma equipa técnica, integrada na Divisão de Urbanismo, que assuma as seguintes funções:

- Avaliação / evolução do comportamento dos indicadores;
- Assegurar a adaptabilidade das ações no tempo e no espaço;
- Divulgação da informação;
- Verificar a aceitação do público das ações adotadas e dos resultados apresentados.

ANEXOS

PMEA

Plano Municipal de Educação Ambiental

2016/2017



1. Enquadramento

Educação Ambiental (EA) é um termo que conta já com cerca de 70 anos, embora o seu conceito só tenha começado a ser definido em 1972, na conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo. Nesta conferência, surge como principal objetivo, estimular a população mundial para a proteção do ambiente e cuja declaração alerta para o fato de termos chegado a um momento da história em que as preocupações com o meio ambiente devem ser valorizadas e a educação da humanidade deve ser urgente e fundamental, pois as suas atitudes, consciente ou inconscientemente, estão a causar danos irreversíveis no ambiente. Aqui, surge o Educador Ambiental e o seu papel fundamental, no sentido de ajudar na consciencialização dos problemas, conduzindo o homem a viver em consonância com a Natureza.

Ao longo do tempo, surge também a necessidade de relacionar o ambiente com o desenvolvimento económico e com a esfera social, emergindo assim o termo "desenvolvimento sustentável", subentendendo um modelo de desenvolvimento com capacidade para conceber riqueza, sem arriscar a qualidade do ambiente, sem despertar o esgotamento de recursos naturais e sem comprometer as gerações futuras.

Cabe a todos os cidadãos a responsabilidade de sensibilizar e de educar. Assim sendo, as autarquias locais têm um papel fundamental na (in) formação ambiental que chega aos seus munícipes, sendo com base nesta convicção, que a Câmara Municipal de Alfândega da Fé tem vindo, ao longo dos anos, a desenvolver iniciativas que procuram contribuir para a criação de bases que levem a uma participação cívica ativa da população e informada na preservação do ambiente e no desenvolvimento de uma sociedade que se pretende que venha a ser cada vez mais evoluída, equilibrada e mais sustentável.

2. Atividades de Educação Ambiental

A EA não deve corresponder a uma mera transmissão de conteúdos, mas deve ser fundamentalmente uma Educação que induza a mudança de atitudes. Assim, todas as atividades desenvolvidas no âmbito da EA têm de ter uma planificação perfeita, para atenderem ao seu principal objetivo: a mudança de atitudes face ao ambiente. Num plano prático e com o intuito de atingir sucesso, é indispensável definir uma série de fases pelas quais deverá passar a população – alvo. Em termos breves e esquemáticos poderão ser classificadas da seguinte forma:

1. Identificar os problemas numa situação difícil;
2. Analisar esses problemas, as suas causas e hierarquizá-los;
3. Procurar soluções para a sua resolução;
4. Propor e planificar ações para tentar implementá-las.

Nas ações de EA, um dos aspetos mais importantes é a questão da motivação. Assim sendo, é fundamental uma iniciação ao tema a tratar, ocorrendo uma efetiva sensibilização para o tema. Seguindo esta lógica, uma das melhores formas de iniciar uma ação de EA, que capte o interesse da população – alvo, é abordar e estudar problemas locais, explorar dúvidas individuais e problemas da região e só depois questões mais gerais.

Todas as ações de EA deverão desenrolar-se em 4 fases distintas e fundamentais:

- Apresentação;
- Sensibilização cognitiva;
- Apresentação de novas soluções ou soluções alternativas;
- Mudança de atitudes.

3. Objetivos gerais

O Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA) para o ano 2015 apresenta um conjunto de atividades, projetos e iniciativas, que têm por objetivo promover o acesso à informação e às boas práticas ambientais, com vista à alteração de comportamentos, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável.

A Educação Ambiental é uma ferramenta indispensável para alcançar o desenvolvimento da sociedade rumo à competitividade sustentável, pois contribui de forma decisiva para a construção de novos valores e atitudes, voltados para o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução dos seus problemas ambientais e sociais.

Os valores intrínsecos à educação ambiental contribuem para a formação integral do indivíduo, enquanto cidadão inserido na sociedade e no meio ambiente, sendo um complemento ao sistema escolar cujo objeto principal é a formação dos alunos nas suas diversas dimensões, exigindo assim, o envolvimento de todos: família, escola e sociedade.

A Resíduos do Nordeste tem sido parceira do nosso município e entendemos alinhar o nosso Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA) para 2015 com o Plano de Sensibilização Ambiental de 2015 da referida empresa intermunicipal, partilhando algumas ações.

Pretende-se envolver a comunidade escolar com a implementação de ações de educação ambiental, embora as campanhas tenham de ser estruturadas para que as informações e os conceitos ultrapassem as fronteiras das salas de aula e se tornem visíveis para os segmentos da população em geral. Assim sendo, tem-se vindo a trabalhar essencialmente com a Universidade Sénior, a associação LEQUE e a comunidade escolar, apoiando a inscrição feita no Programa Eco-Escolas.

Este plano, pretende também reforçar a sensibilização dos cidadãos para os problemas ambientais e sociais de possíveis soluções a estabelecer com base numa política sustentável, informada e ativa dos indivíduos na proteção do ambiente e na utilização racional dos recursos.

Com a execução deste plano pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- Contribuir para a formação de uma cidadania ambientalmente mais consciente e informada;
- Educar e Sensibilizar os cidadãos, sobretudo os mais jovens, para a preservação e defesa do Ambiente e para a responsabilidade individual e coletiva;
- Trabalhar com conceitos e conhecimentos voltados para a preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais;
- Abordar temáticas relacionadas com o ambiente: ecologia, preservação da natureza, reciclagem, desenvolvimento sustentável, consumo racional dos recursos naturais, poluição ambiental, efeito estufa, ecossistemas, entre outras temáticas.

4. Metodologia

Na realização deste plano, os meios técnicos e humanos foram estruturados de modo a alcançar um equilíbrio entre o consumo de recursos e os objetivos propostos para as diferentes campanhas, recorrendo sempre que possível à realização de parcerias com entidades externas de forma a atingir os propósitos definidos com o menor consumo de recursos. Todas as atividades estarão ser sujeitas a métodos de avaliação de forma qualitativa ou quantitativa.

5. Participação do Município de Alfândega da Fé no Plano de Sensibilização Ambiental da Resíduos do Nordeste

Neste capítulo será apresentado o Plano de Sensibilização Ambiental da Resíduos do Nordeste e a forma como o Município de Alfândega da Fé pretende colaborar na sua implementação. Assim sendo, selecionaram-se as seguintes ações:

A. Roadshow de Sensibilização Ambiental

Objetivos:

- Criar estratégias e instrumentos que melhorem o acesso à informação em matéria de ambiente, abordando temas específicos, nomeadamente: resíduos, energia, água, ruído e poluição atmosférica;
- Sensibilizar na adoção de hábitos pró ambientais.

Ação: O Programa de ação para o Roadshow será definido de acordo com as solicitações. No entanto, é intenção da Resíduos do Nordeste percorrer os 13 Concelhos do Sistema, incluindo a passagem por escolas.

Destinatários: Escolas e população em geral

Município de Alfândega da Fé:

Solicitar a vinda do Roadshow de Sensibilização Ambiental para a semana verde - 1 a 5 de junho promovendo ações na escola.



B. Concurso “Gestão Ambiental na Escola”

A duplicação de informação no ato de inscrição das Escolas e na fase de avaliação não tornam apelativa a sua participação. Desta forma, os concursos “Escolas Verdes”, “Compostagem Doméstica”, “Recolha Seletiva de Pilhas” e “Óleos Alimentares Usados” serão agregados numa única ação, que traduzirá a gestão ambiental na Escola. Por outro lado, uma única ação permitirá atribuir melhores prémios às Escolas vencedoras.

Objetivos:

- Facilitar a comunicação entre as Escolas e a Resíduos do Nordeste;
- Dar continuidade à gestão ambiental já implementada nas Escolas que participam no Plano de Sensibilização Ambiental;
- Prevenir a produção de resíduos urbanos, através da política dos 5 R’s;
- Desenvolver ações de promoção da compostagem doméstica.

Ação: Irá decorrer nos agrupamentos/Escolas dos 13 concelhos da área de intervenção da Resíduos do Nordeste. Após a receção das inscrições serão distribuídos os contentores para se depositarem os Óleos Alimentares Usados (OAU) e as pilhas e recolhidos pela Resíduos do Nordeste sempre que a Escola o solicitar. Neste âmbito, irão decorrer sessões de esclarecimento periodicamente. O desempenho ambiental irá ser avaliado e premiado segundo o número de ações.

Destinatários: População escolar

Município de Alfândega da Fé:

Dar a conhecer junto da escola este projeto incentivando e apoiando a inscrição da comunidade escolar e promover sessões de esclarecimento junto da mesma.



C. Ação “Rádio” Programa/Spot

Na sequência das ações dos anos anteriores, a Resíduos do Nordeste tem dado continuidade, com atualização, aos *spots* de rádio, sobre a recolha seletiva e a recolha indiferenciada nas rádios locais e regionais (Cadeia CIR).

Objetivos:

- Dar a conhecer à população em geral a existência de ecopontos e ecocentros e a sua correta utilização;
- Incutir conceitos de compostagem.

Ação: Divulgar durante um ano, dois *spots* na rádio (duas vezes por dia), que versam sobre as boas práticas na recolha seletiva, indiferenciada, compostagem e outros temas relevantes; Dar a conhecer métodos apropriados de deposição dos resíduos.

Destinatários: População em geral.

Município de Alfândega da Fé:

Solicitar o *link* do spot e disponibiliza-lo no site do município e divulgar nos meios de comunicação habituais.

D. Ação “Pense Verde” – Resíduos e Responsabilidade Social

Objetivos:

- Contribuir para o aumento da participação da população no processo de separação de resíduos, em especial nas embalagens de vidro;
- Aumentar as retomas de vidro na área de intervenção da Resíduos do Nordeste;
- Aliar a reciclagem ao apoio social.

Ação: Com o aumento da separação de embalagens de vidro, a Resíduos do Nordeste contribuirá com 1€ por tonelada a uma instituição de Solidariedade Social. Os critérios de seleção serão devidamente apresentados e validados pelo Conselho de Administração.

Destinatários: População em geral.

Município de Alfândega da Fé:

Incentivar a triagem de resíduos e dar a conhecer este projeto às instituições de solidariedade social por forma a serem possíveis candidatas à referida contribuição.

E. Livro Tratamento de Resíduos

Objetivos:

- Reformular o livro “Tratamento de Resíduos”, no sentido de incluir o modelo atual de gestão da Resíduos do Nordeste.
- Dar a conhecer o “percurso” dos resíduos urbanos;
- Sensibilizar a população para prevenção e separação de resíduos na fonte.



Ação: Entrega nas visitas de estudo às instalações de tratamento, valorização e eliminação de resíduos, bem como a sua divulgação nas redes sociais.

Destinatários: Comunidade escolar e População em geral.

Município de Alfândega da Fé:

Solicitar entrega de alguns livros na comunidade escolar aquando de ações a realizar sobre a temática dos resíduos.

F. Ação “Resíduos Têxteis”

Objetivos:

- Diminuir a produção de resíduos têxteis que têm como destino final o aterro sanitário;
- Fomentar em contexto familiar e escolar, a reutilização de roupas e outros têxteis em estado aceitável;
- Diminuir os custos associados ao tratamento e eliminação de resíduos não recicláveis.

Ação: Divulgar os pontos de recolha de roupa usada (exemplo: Cruz Vermelha, Loja Social da Liga de Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé) e sensibilizar para a reutilização dos mesmos e desenvolver uma campanha de informação e sensibilização sobre as alternativas existentes à deposição no contentor de resíduos.

Destinatários: População em geral.

Município de Alfândega da Fé:

Divulgar esta ação nas redes sociais e no *site* do município continuando a parceria já estabelecida com a Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé, aumentando a recolha deste tipo de resíduo e o devido encaminhamento, podendo-se colmatar necessidades em famílias carenciadas.

G. Kit Escolas

O *Kit* Escolas é constituído pelo *kit* para o professor e para o aluno:

KIT PROFESSOR:

- 7 Amostras de material reciclado;
- Pen com filme animado e apresentação.

A pen contém um guião Filme, que tem como objetivo explicar o contexto atual de separação de resíduos para que mais facilmente se perceba a necessidade de mudança e consciencializar o aluno de que ele faz parte da solução para o problema. O filme a desenvolver deve ter uma duração cerca de 2 minutos. Pretende-se apelar à ação, mostrando a importância do papel de cada um e responsabilizando a criança pelas suas próprias ações.

KIT ALUNO:

- Consiste num ecobag e um crachá.

Ação: A produção e o envio são da Responsabilidade da Sociedade Ponto Verde. A implementação é da Responsabilidade da Resíduos do Nordeste. Os *kits* serão entregues aos professores e alunos do ensino básico, mais concretamente ao 1.º e 2.º do ciclo.

Destinatários: Comunidade escolar.

Município de Alfândega da Fé:

Participar ativamente na distribuição e utilização deste material, assinalando um dia temático.

6. Calendário Ambiental

Fevereiro

Dia 2: Dia Mundial das Zonas Húmidas

Março

Dia 14: Dia Internacional de Ação pelos Rios

Dia 20: Dia Mundial da Agricultura

Dia 21: Dia Mundial da Árvore e da Floresta

Dia 22: Dia Mundial da Água

Dia 23: Dia Mundial da Meteorologia

Abril

Dia 1: Dia Internacional da Terra

Dia 24: Dia Internacional para a Proteção dos Animais de Laboratório

Maio

Dia 3: Dia Internacional do Sol

Dia 9: Dia Mundial das Aves Migratórias

Dia 10: Dia Mundial do Comércio Justo

Dia 22: Dia Internacional da Biodiversidade/ Diversidade Biológica

Dia 29: Dia Nacional da Energia

Junho

Dia 1: Dia Nacional do Sobreiro e da Cortiça

Dia 5: Dia Mundial do Ambiente

Dia 8: Dia Mundial dos Oceanos

Dia 17: Dia Mundial do Combate à Seca e Desertificação

Julho

Dia 28: Dia Nacional da Conservação da Natureza

Agosto

Dia 9: Dia Internacional dos Povos Indígenas

Setembro

Dia 12: Dia Europeu do Pedestrianismo

Dia 16: Dia Mundial para a Preservação da Camada de Ozono

Dia 22: Dia Mundial sem Carro

3º sábado de setembro: Dia Mundial de Limpeza das Praias

Última semana de setembro: Dia Mundial do Mar

Outubro

Dia 1: Dia Nacional da Água e início do Ano Hidrológico

Dia 4: Dia Mundial do Animal

1ª segunda-feira de outubro: Dia Mundial do Habitat Humano

2ª quarta-feira de outubro: Dia Internacional da Preservação das Catástrofes Naturais

Novembro

Dia **16**: Dia Nacional do Mar

Dia **23**: Dia da Floresta Autóctone

Dia **28**: Dia Sem Compras

Dezembro

Dia **11**: Dia Internacional das Montanhas

7. Plano Ambiental do Município de Alfândega da Fé

TEMA 1: SENSIBILIZAÇÕES



ATIVIDADE 1: CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO – ENTREGA DE PILHÕES E RECOLHA DE PILHAS

Objetivos:

- Informar a população da situação atual dos resíduos e demonstrar as vantagens da Recolha Seletiva;
- Promover o contato da população com o exercício da responsabilidade global, no domínio dos Resíduos;
- Inculcar noções, hábitos e boas práticas Ambientais;
- Consciencializar os jovens e a população geral para a importância da recolha seletiva, nomeadamente no que se refere a pilhas e acumuladores usados;

- Distribuir Pilhões pelas várias entidades;
- Contribuir para o aumento dos quantitativos de retoma.

Ação:

Deslocação às várias entidades, na vila, de forma a sensibilizar a população para a importância da recolha de pilhas usadas e os impactos que este tipo de resíduo tem no ambiente. Consiste também na entrega de pilhões e na recolha de pilhas.

Destinatários: População em geral.

Duração: 1 mês (janeiro).

Recursos humanos: Equipa de ambiente.

Recursos materiais e custos estimados: Pilhões (disponibilizados pela Resíduos do Nordeste). Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: Até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail.

ATIVIDADE 2: CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO – SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS



Objetivos:

- Demonstrar a correta separação dos diferentes resíduos;
- Diminuir a quantidade de resíduos em aterro sanitário;
- Aplicar a política dos 5 R's.

Ação:

As técnicas municipais de Ambiente deslocam-se ao Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé, todos os anos, com o intuito de alertar para a importância da correta separação de resíduos. Em parceria com a Resíduos do Nordeste distribui-se mini ecopontos em locais estratégicos.

Destinatários: Comunidade escolar, Entidades públicas. Universidade Sénior e Leque.

Duração: 2 meses (janeiro e fevereiro).

Recursos humanos: Equipa de ambiente.

Recursos materiais e custos estimados: Mini ecopontos (disponibilizados pela Resíduos do Nordeste). Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: Até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail.

ATIVIDADE 3: CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO – ÓLEOS ALIMENTARES USADOS



Objetivos:

- Sensibilizar para a importância da separação de óleos usados – Impactos Ambientais;
- Perceber se existe falta de informação no adequado encaminhamento/aproveitamento deste resíduo por parte da população;
- Adequar a gestão de localização de oleões segundo a realidade existente.

Ação:

Serão efetuadas sessões de sensibilização a alvos específicos: alunos, professores, auxiliares de ação educativa, de acordo com as solicitações da escola, de forma a promover a recolha seletiva deste resíduo.

Destinatários: População em geral, Comunidade escolar, Universidade Sénior e Leque.

Duração: 2 meses (janeiro e junho)

Recursos humanos: Equipa de ambiente.

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: Até 1 mês após a ação, envio do relatório sintético, via e-mail.

ATIVIDADE 4: COMPOSTAGEM – OUTRA FORMA DE RECICLAR



Objetivos:

- Promover a prática da compostagem doméstica;
- Sensibilizar para a importância da redução de lixo produzido;
- Reduzir a quantidade de lixo em aterro sanitário;
- Produzir fertilizante natural.

Ação:

Serão efetuadas sessões sobre a importância da compostagem bem como todo o processo envolvente.

Destinatários: População em geral, Comunidade escolar, Universidade Sénior e Leque.

Duração: 5 meses (maio, junho, julho, setembro e outubro)

Recursos humanos: equipa de ambiente e técnicos da Resíduos do Nordeste.

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 5: A ÁGUA DÁ-NOS VIDA! CICLO HIDROLÓGICO



Objetivos:

- Dar a conhecer o ciclo da água;
- Reconhecer a importância da água e dos recursos naturais;
- Incentivar novos hábitos para a utilização de recursos;
- Alertar para o uso racional da água.

Ação: Consiste na demonstração do ciclo da água e numa sensibilização para alertar o uso racional da água.

Destinatários: Pré-escolar e Leque.

Duração: 1 dia (março)

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

Avaliação da ação: Inquérito.

ATIVIDADE 6: UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ENERGIA



Objetivo:

- Incentivar o uso adequado do consumo de energia;
- Dar a conhecer as diferentes alternativas de energias renováveis e não renováveis;
- Reportar dicas práticas para diminuir o consumo excessivo de energia.

Ação: Consiste numa sessão de esclarecimento neste âmbito. Por outro lado, pretende-se desenvolver um flyer e coloca-lo nas redes sociais e no *site* do município com dicas de poupança de energia.

Destinatários: População em geral, Colaboradores da Autarquia, Comunidade Escolar, Universidade Sénior e Leque.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 5 meses (março a julho)

Recursos materiais e custos estimados: Elaboração de flyers Custo: impressões

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 7: SESSÃO - ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



Objetivos:

- Identificar os principais problemas que levam ao aumento do aquecimento global;
- Dar a conhecer medidas de mitigação no combate a esta problemática.

Ação: Consiste numa sessão de esclarecimento sobre as Alterações Climáticas com distribuição de folhetos alusivos ao tema contendo dicas úteis e práticas para que se possa diminuir o aquecimento global.

Destinatários: Comunidade Escolar.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 2 sessões (janeiro e fevereiro)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 8: PEGADA ECOLÓGICA



Objetivos:

- Calcular a pegada ecológica de cada indivíduo;
- Sensibilizar para a importância de boas práticas ambientais;
- Diminuir a pegada ecológica do planeta através do consumo sustentável e consciente.

Ação: Consiste numa atividade didática com o objetivo de calcular a pegada ecológica.

Destinatários: População em geral, Leque e Universidade Sénior.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 5 meses (janeiro a março; junho e julho)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 9: CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO - DEJETOS CANINOS



Objetivos:

- Colocar *Totens* para a recolha de dejetos caninos;
- Alertar os donos para a importância da recolha dos dejetos caninos;
- Diminuir o impacto visual e aos maus cheiros provocados pela deposição de dejetos caninos nas ruas e, principalmente nos jardins públicos;
- Informar a população de que as fezes dos cães albergam vírus, bactérias e parasitas extremamente perigosos para a saúde humana, sobretudo para as crianças;
- Denunciar o mau hábito dos donos dos cães, motivando-os a adotar comportamentos mais respeitadores;
- Evitar a poluição da via pública melhorando a saúde da população do concelho;
- Alertar sobre a implementação de medidas penalizadoras.

Ação: Consiste numa campanha de sensibilização pelo concelho.

Destinatários: População em geral.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 8 meses (junho a dezembro)

Recursos materiais e custos estimados: Impressão de flyers e aquisição de totens para os dejetos caninos.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 10: COLABORAÇÃO – SEMANA EDUCATIVA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALFÂNDEGA DA FÉ

Objetivos:

- Sensibilizar para as boas práticas ambientais;
- Explorar várias temáticas ambientais.

Ação: O município colabora todos os anos na semana educativa organizada pelo Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé. A atividade consiste em abordar temas temáticos relacionados com o ambiente e interagir com os alunos utilizando jogos didáticos.

Destinatários: Comunidade Escolar.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 1 semana (março)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 11: HORTAS BIOLÓGICAS



Objetivos:

- Promoção da agricultura biológica no concelho com o desenvolvimento do projeto Hortas Biológicas;
- Rentabilização e otimização dos terrenos municipais disponíveis;
- Contribuir para a formação de consciências, ações, atitudes e capacidades que estimulem a comunidade na realização de atividades sustentáveis.

Ação: Entrega de novos 14 talhões no Bairro Trás de Castelo e apoio na criação de novas hortas a entidades que o entenderem fazer para próprio benefício. Disseminar uma componente técnica e pedagógica no apoio à produção biológica com proteção integrada de culturas, na proteção do solo com a adequação e rotatividade de culturas, na prática da compostagem, na utilização racional de água e ainda nos hábitos de alimentação saudável.

Destinatários: Utentes das hortas biológicas e população em geral.

Recursos humanos: equipa de ambiente proteção civil.

Duração: 12 meses (é uma atividade continuada)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após cada a ação efetuada nas hortas proceder-se-á envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 12: ZONA 0 – MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Objetivos:

- Incentivar o uso de transportes mais sustentáveis;
- Conscientizar os cidadãos dos efeitos nas escolhas, interferindo diretamente com a qualidade do ar e consequentemente no aquecimento global da terra;
- Proporcionar aos cidadãos uma oportunidade para redescobrirem a sua vila, os seus habitantes e o seu património, num ambiente mais saudável e agradável.

Ação: A atividade consiste num passeio pela vila com meios de transporte sustentáveis (bicicletas, carros a pedal), incentivando assim, as boas-práticas ambientais.

Destinatários: População em geral, Comunidade Escolar e Leque.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 1 sessão (setembro – dia europeu sem carros)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

Atividade 13: Importância Ecológica dos Insetos

Objetivos:

- Sensibilizar para a importância ecológica dos insetos e preservação da biodiversidade;
- Permitir o contato direto com insetos.

Ação: Consiste numa sessão onde se debate a importância ecológica dos insetos com demonstrações práticas e didáticas.

Destinatários: Pré-escolar e Leque.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 1 sessão (1 dia maio)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 14: HISTÓRIA DA LAGARTA - AS FASES DO BICHO-DA-SEDA

Objetivos:

- Demonstrar todo o processo de formação do bicho-da-seda;
- Dar a conhecer a importância económica da produção de seda natural.

Ação: Consiste numa sessão de demonstração de etapas de um bicho-da-seda com entrega de pequenas larvas para que as crianças possam acompanhar a evolução.

Destinatários: Pré-escolar e Leque.

Avaliação da ação: Inquérito.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 3 meses (abril a junho)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

TEMA 2: COMEMORAÇÃO DE EFEMÉRIDES

ATIVIDADE 1: DIA MUNDIAL DA AGRICULTURA - 20 DE MARÇO

Objetivos:

- Incutir hábitos para a produção biológica de plantas com enfoque na sua importância;
- Conhecer algumas plantas aromáticas, a sua utilidade na culinária e na medicina natural.

Ação: Construção de um “Cantinho das Aromáticas” na escola, no âmbito do programa ECO-Escolas, e na Associação Leque, de forma a utilizar estes mesmos produtos e reduzir os custos.

Destinatários: Leque e Comunidade escolar.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 1dia (março)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

Esta atividade será acompanhada durante um longo período de tempo.



ATIVIDADE 2: DIA MUNDIAL DA ÁRVORE E DA FLORESTA - 21 DE MARÇO

Objetivo:

- Comemorar o dia Mundial da Árvore e da Floresta;
- Alertar para a importância da preservação da natureza;
- Valorizar a flora;
- Dar a conhecer as problemáticas associadas à desflorestação.

Ação: Consiste em plantar árvores em locais estratégicos. Desta forma comemora-se o dia e contribui-se com uma boa ação ambiental.

Destinatários: Comunidade escolar.

Recursos humanos: equipa de ambiente / técnica superior de engenharia florestal

Duração: 1 dia (março)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 3: DIA MUNDIAL DA ÁGUA - 22 DE MARÇO

Objetivos:

- Sensibilizar a população para a preciosidade da água;
- Demonstrar dicas de poupança de água a aplicar no nosso dia-a-dia;
- Dar a conhecer os locais onde se gasta/desperdiça mais água;
- Alertar o consumidor do aumento do custo da água tratada;
- Informar a população dos gastos anuais em produtos e materiais de tratamento.



Ação: Serão efetuadas sessões de esclarecimento e campanhas de sensibilização no âmbito do uso racional da água e elaborado um *flyer* com dicas para a poupança de água e posterior entrega e devida divulgação no *site* do Município.

Destinatários: População em geral.

Recursos humanos: equipa de ambiente / técnica superior de engenharia biotecnológica

Duração: 1 dia (março)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

ATIVIDADE 4: DIA MUNDIAL DO AMBIENTE -5 DE JUNHO

Objetivos:

- Reutilizar materiais;
- Inculcar o domínio na política dos 5 R's

Ação: Consiste numa abordagem teórica da política dos 5 R's e prática com a elaboração de um cartaz alusivo ao dia Mundial do Ambiente com cola ecológica e materiais reutilizados.

Destinatários: Pré-escolar e Leque.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 1 dia (junho)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail



ATIVIDADE 5: COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA TERRA -1 DE ABRIL

Objetivos:

- Dar a conhecer a importância da terra;
- Demonstrar, pormenorizadamente os diferentes locais e relacionar a luz solar com a rotatividade do nosso planeta.

Ação: Com o auxílio de um globo e de uma lanterna, é feita a demonstração “dia e noite” nos diferentes países.

Destinatários: Leque e Pré-escolar.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 1 dia (abril)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

VISITA 1: ECOCENTRO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Objetivos:

- Conhecer as instalações bem como a sua funcionalidade;
- Salientar a importância da separação seletiva de resíduos.

Destinatários: Comunidade escolar e Leque.

Recursos humanos: equipa de ambiente e colaboração da Resíduos do Nordeste.

Duração: 1 dia (março)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

VISITA 2: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS (ETA)

Objetivos:

- Analisar de perto a forma de como a água chega a nossas casas;
- Conhecer as diferentes fases/processos de tratamento de água e os custos associados.

Destinatários: Comunidade escolar.

Recursos humanos: equipa de ambiente / técnica superior de engenharia biotecnológica

Duração: 1 dia (data a definir)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

Visita 3: Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)

Objetivos:

- Conhecer as instalações e a sua funcionalidade;
- Aprender as fases/processos associados ao tratamento da água para que seja devolvida ao ambiente com um nível de poluição aceitável;
- Alertar os alunos dos problemas na funcionalidade de uma ETAR.

Destinatários: Comunidade escolar.

Recursos humanos: equipa de ambiente / técnica superior de engenharia biotecnológica

Duração: 1 dia (data a definir)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

VISITA 4: CENTRO MUNICIPAL DE COMPOSTAGEM

Objetivos:

- Aproveitar os restos verdes/castanhos dos espaços municipais;
- Dar o exemplo à população e incentivar à prática de compostagem;
- Obter composto biológico para a gestão dos espaços verdes;
- Reduzir a quantidade de resíduos habitualmente encaminhados para o aterro sanitário;
- Reduzir os custos em fertilizantes.

Destinatários: Comunidade escolar.

Recursos humanos: equipa de ambiente / coordenador técnico (área de jardinagem)

Duração: 1 dia (data a definir)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

1: “INCINERAÇÃO DOMÉSTICA – UM PROBLEMA SOCIAL”

Objetivos:

- Criar hábitos de deposição de resíduos devidamente acondicionados evitando a incineração doméstica;
- Dar a conhecer as consequências deste hábito na atmosfera e no meio ambiente;
- Alertar para a importância da correta separação de resíduos.

Ação: Desenvolver, pelo menos, uma palestra anual sobre a problemática da incineração doméstica de resíduos tendo em conta os problemas que daí advêm.

Destinatários: População em geral, Universidade Sénior.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 1 dia (maio)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

2: PALESTRA-IMPACTOS DOS DETERGENTES NO AMBIENTE E NA SAÚDE

Objetivos:

- Dar a conhecer os impactos dos detergentes no ambiente e na saúde;
- Conhecer formas naturais de fazer produtos naturais para uso doméstico.

Ação: Elaborar detergente multiuso natural.

Destinatários: Leque, Universidade Sénior e População em geral.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 1 dia (maio)

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Inquérito.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

4: WORKSHOP – “COSMÉTICA NATURAL”

Objetivos:

- Criar uma essência de aromas naturais;
- Conhecer alternativas aos produtos químicos usados na higiene pessoal.

Ação: Conhecimento do processo de fabrico de perfumes naturais e bálsamos naturais.

Destinatários: Universidade Sénior, Leque e população em geral.

Recursos humanos: equipa de ambiente e técnica do município responsável pela gestão da água.

Duração: 1 dia (abril).

Recursos materiais e custos estimados: 4 refeições (palestrante), bolinhos para o lanche.

Avaliação da ação: Inquérito.

Reporte: até 1 mês após a ação envio dos resultados dos inquéritos, via e-mail

5: Workshop de Natal

Objetivos:

- Reaproveitar os restos de lápis de cera para a elaboração de velas criativas;
- Demonstrar o processo de reutilização de óleos alimentares usados com a elaboração de velas;
- Incentivar na separação seletiva dos resíduos;
- Dar a conhecer as várias fases associadas ao processo da reciclagem do papel;
- Dar novo uso/imaginação ao papel reciclado – criação de postais de Natal.

Ação: Elaboração de Postais de Natal e Velas com material totalmente reutilizado.

Destinatários: População em geral, Comunidade escolar e Universidade Sénior.

Recursos humanos: equipa de ambiente.

Duração: 1 dia (dezembro).

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail

1: BIOSFERA – CANDIDATURA UNESCO

Objetivos:

- Dar a conhecer o programa “Reserva da Biosfera Transfronteiriça”;
- Analisar toda a envolvente de áreas protegidas pertencentes à candidatura – Meseta Ibérica.

Ação: Desenvolver 8 atividades independentes dando a conhecer a identidade do território, os valores e oportunidades da cooperação transfronteiriça, bem como a biodiversidade das suas áreas protegidas. Por outro lado, pretende-se divulgar, através de uma exposição de imagens da Reserva, no Centro da Cultura Mestre José Rodrigues.

Destinatários: Comunidade escolar, Universidade Sénior, Leque e população em geral.

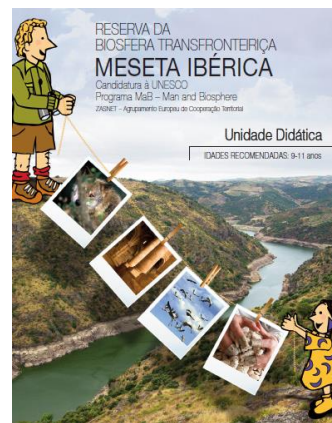
Recursos humanos: Setor de Ordenamento do Território e Ambiente

Duração: Várias sessões realizadas durante o ano.

Recursos materiais e custos estimados: Custo zero.

Avaliação da ação: Relatório sintético.

Reporte: até 1 mês após a ação envio do relatório sintético, via e-mail



2: CANDIDATURA ECO XXI

Objetivos:

- Motivar os municípios para a importância do seu papel como parceiros e como agentes do processo de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável formal e não formal;
- Envolver os municípios no apoio à implementação de programas de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável;
- Sensibilizar os municípios para a importância da parceria com os projetos escolares no âmbito da implementação da Agenda 21 Local;
- Sensibilizar os municípios para uma maior integração das preocupações ambientais nas políticas municipais;
- Reconhecer as iniciativas/políticas em desenvolvimento no concelho, em prol do ambiente/desenvolvimento sustentável;
- Alcançar a atribuição do galardão ECO XXI 2016.



Ação: Ir ao encontro de indicadores que contribuam para aferir as dinâmicas relativas à Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável e integrar indicadores de carácter sócio-cultural, económico-institucional e ambiental, tendo como referência as múltiplas dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável.

Destinatários: ---

Recursos humanos: técnicos da DU e DDESC

Duração: submissão da candidatura até 31/05/2015.

Recursos materiais e custos estimados: 400 €.

Avaliação da ação: Indicador do SGQ – ECO-XXI / Chefe da DU.

Reporte: até Resultado da ABAE